



REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

DO OBJETO

Art. 1º. Atendendo ao disposto no artigo 11 da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, e à Portaria n.º 2051, de 09 de julho de 2004, do Ministério da Educação e Cultura, MEC, constitui-se a Comissão Própria de Avaliação, CPA, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, SINAES, da Faculdade Campo Real.

§ 1º A CPA atuará com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição.

§ 2º A forma de composição, duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA serão objetos desta regulamentação.

§ 3º O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais desta instituição de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º. Cabe à CPA propor, coordenar e conduzir a auto-avaliação institucional: processos internos de avaliação da instituição.

§ 1º Também deverá sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, INEP.

§ 2º Deverá a CPA avaliar, periodicamente, o cumprimento da missão institucional da Faculdade Campo Real, a fim de favorecer ações de planejamento e aprimoramento de sua capacidade acadêmica.

§ 3º As atividades de avaliação devem contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da Instituição.

Art. 3º. A avaliação interna ou auto-avaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos sobre o conjunto de realizações acadêmicas, questionar os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

§ 1º Identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, em anexo, a auto-avaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões.

§ 2º A Avaliação Interna é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

§ 3º Para tanto, sistematizará informações, analisará coletivamente os significados de suas realizações, desvendará formas de organização, administração e ação, identificando pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelecer estratégias de superação de problemas.

§ 4º A avaliação interna ou auto-avaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

§ 5º A participação da comunidade acadêmica, e externa, é fundamental para a produção de informações válidas e confiáveis, permitindo um uso efetivo dos resultados determinados pela auto-avaliação.

§ 6º Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

§ 7º Caberá à CPA realizar seminários de sensibilização à comunidade acadêmica.

Art. 4º. Ouvidas as partes interessadas, em reuniões e seminários, a CPA realizará formulários específicos para a realização da avaliação institucional.

§ 1º Privilegiar-se-á a realização de formulários eletrônicos, facilitando a tabulação das informações percebidas.

§ 2º Excepcionalmente, realizar-se-ão entrevistas e grupos focais.

§ 3º Superando-se a dicotomia qualitativo-quantitativo, buscar-se-ão quesitos, representativos de critérios, que promovam o conhecimento das reais condições institucionais, conforme as dez dimensões em anexo.

§ 4º Os quesitos são apenas o início para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e da compreensão sobre a atualização da missão institucional.

Art. 5º. O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

§ 1º Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade, sendo fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

§ 2º O relatório final deve apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

§ 3º A divulgação do relatório final deve ser a mais pública possível, utilizando-se seminários de prospecção e divulgação no site da instituição.

Art. 6º. Conclui-se um ciclo avaliativo com a meta-avaliação, reunião da CPA destinada a verificar a utilidade, exatidão, viabilidade e propriedade dos métodos e informações adquiridas na auto-avaliação.

Art. 7º. A avaliação da pós-graduação reger-se-á por esta normatização.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 8º. A CPA será composta:

I- Pelo Presidente;

II- Pelo Secretário;

III- Pelos representantes da comunidade acadêmica e externa, com a seguinte proporção:

a) Um docente de cada curso:

b) Um discente de cada curso:

c) Um funcionário (corpo técnico-administrativo):

d) Dois representantes da comunidade externa.

Art. 9º. Os membros da CPA serão democraticamente eleitos pelos membros de sua categoria.

§ 1º O Presidente, o Secretário e os representantes da comunidade externa serão nomeados pelo Conselho Superior.

§ 2º Os membros possuirão mandato por um ano, podendo ser reeleitos.

§ 3º Todas as atividades realizadas pelo corpo discente, em função da CPA, reverter-se-ão em horas de atividades complementares, no limite previsto pela Faculdade Campo Real.

Art. 10. Um membro da CPA poderá ser afastado nas seguintes condições:

I- A pedido do mandatário;

II- Pela ineficiência ou desídia reiterada;

III- Com o término do seu mandato.

§ 1º O pedido de afastamento, definitivo, deverá ser fundamentado.

§ 2º A ineficiência ou desídia reiterada deve ser reconhecida pela CPA, em votação com maioria simples.

§ 3º Afastado um membro, substituirá o segundo mais votado, e assim sucessivamente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Encontra-se, em anexo a este regulamento, o conjunto de dimensões, tópicos, indicadores e instrumentos utilizados para a realização do relatório final, descrito no artigo 5º.

Art. 12. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Ao regimento interno da Comissão Própria de Avaliação

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A AUTO-AVALIAÇÃO

1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional:

(1) Núcleo básico e comum:

- finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais.
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
- características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.
- articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Existe uma formulação explícita e clara dos objetivos e finalidades da instituição? Descreva.
- Qual é o grau de conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica?
- Existe coerência entre as ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI?

- Existem mecanismos para comprovar sua realização efetiva, modificação e revisão? Os dirigentes, docentes, técnicos administrativos e os órgãos colegiados participam dessas atividades?
- Há articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional? Explicita as formas com que isso se concretiza.
- Qual é o perfil esperado dos ingressantes?
- Qual é o perfil esperado dos egressos da instituição?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas (Cursos) e pela administração central da instituição (Diretoria e órgãos colegiados).
- Avaliação e atualização do PDI (realização de seminários, reuniões, consultas).
- Descrição do perfil de egressos (conhecimentos, habilidades e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).
- Descrição do perfil de ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais (conhecimentos, habilidades e competências que devem apresentar)

2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades:

A. ENSINO

(1) Núcleo básico e comum:

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo?

- Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso?
- Quais os critérios orientadores da atualização curricular?
- São desenvolvidos encontros para discutir o(s) currículo(s) do(s) curso(s)? Há discussão em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais?

B. PESQUISA

(1) Núcleo básico e comum:

- Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.
- Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.
- Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
- Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.
- Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

(2) Núcleo de temas secundários:

- A produção científica da IES é coerente com a sua missão e com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento? E com as necessidades sociais e as exigências da ciência?
- Existem na instituição grupos de pesquisa cadastrados? Os projetos recebem apoio de agências de fomento?
- A Instituição possui veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do corpo docentes e técnico-administrativo (livros, revistas, jornais, editora ou internet)?
- A Instituição promove fóruns que permitam a divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnicos-administrativos?
- Há política de auxílio aos membros da Instituição em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais? Descreva.
- Há política que auxilie na formação de novos pesquisadores na IES (bolsas, auxílios)? Descreva.
- São desenvolvidas atividades que permitam a inter-relação do ensino com a pesquisa? Quais?
- Há apoio para o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de fomento? Descreva.
- Existe mecanismo que registre a produção e o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores da IES? Explícite sua forma de funcionamento.
- Existe órgão responsável pela relação interinstitucional e internacional da IES? Explícite sua dinâmica de funcionamento.

C. EXTENSÃO

(1) Núcleo básico e comum:

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão? Explícite sua dinâmica de funcionamento.
- Há preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Como se manifesta?
- Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela IES? Quais?
- Qual o impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes?
- As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da IES? Descreva as formas de integração.
- Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão?
- Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles?

D. PÓS-GRADUAÇÃO (*stricto e lato sensu*)

(1) Núcleo básico e comum:

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.
- Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.
- Integração entre graduação e pós-graduação
- Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de pós-graduação na IES? Descreva sua dinâmica de funcionamento.
- A IES desenvolve cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*)? Quantos? Qual a dimensão destas atividades?
- Os cursos oferecidos têm relação com as atividades acadêmicas da IES? Qual seu impacto sobre elas?
- Há auxílio de verbas, interno e externo à Instituição na realização dos cursos oferecidos?
- Os conceitos da avaliação da CAPES estão demonstrando a realidade dos cursos?

- Existe integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino, pesquisa e extensão na IES?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES.
- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes).
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Indicadores:

- Indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros)
- Conceitos da CAPES.
- Indicadores de atuação profissional dos egressos.
- Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural:

(1) Núcleo básico e comum:

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.
- Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Quais os critérios adotados pela instituição para ampliar o acesso, inclusive os portadores de necessidades especiais?
- Quais as ações desenvolvidas pela universidade no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no

interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários).

- A instituição contribui com a criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural da nação?
- Existem atividades institucionais em interação com o meio social? Em qual(is) área(s) (educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras)? Caracterização das atividades.
- Existem atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, ou outras? Quais?
- Existe uma avaliação sobre a forma em que as atividades de vinculação com o meio favorecem o desenvolvimento das finalidades da instituição? Como ela é feita?
- Existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida? Quais?
- A instituição favorece a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais? Desenvolve estratégias para a intervenção destes nas aulas? Possui políticas de contratação de pessoal (docentes e técnico-administrativos) com necessidades especiais?
- Quais as relações estabelecidas pela instituição com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho?
- Existem ações que visem à promoção da cidadania e de atenção a setores sociais?
- Existem ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos?
- Existem políticas de formação de pesquisadores? De formação de docentes para educação básica e para educação superior?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas.
- Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural.
- Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras.
- Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras.
- Evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição.
- Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida.
- Lista de estudantes/docentes/técnicos-administrativos portadores de necessidades especiais. Estratégias pedagógico-didáticas empregadas.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

4 – A comunicação com a sociedade:

(1) Núcleo básico e comum:

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
- Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Quais são os meios de comunicação utilizados pela IES?
- A comunicação da instituição é efetiva e comprometida com a missão da IES? Como se manifesta?
- A comunicação interna da instituição é freqüente? Quais os canais de comunicação utilizados?
- Existe uma adequada comunicação entre os membros da instituição?
- A informação entregue aos usuários da instituição é completa, clara e atualizada?
- A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da instituição (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos diretivos e docentes, incentivos e bolsas para estudantes, valor da mensalidade, serviços, procedimentos burocráticos etc.).
- Há serviço de ouvidoria? Como funciona?
- Existem mecanismos de comunicação e sistemas de informação eficazes para a coordenação dos diferentes cursos/unidades?
- Existe uma estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa.
- Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos.
- Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-web de divulgação. Análises sobre sua eficácia.
- Guia do aluno ou semelhante que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros.
- Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição.
- Questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações.
- Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho:

(1) Núcleo básico e comum:

- Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.
- Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.
- Clima institucional, relações inter-pessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Qual a relação entre a quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos (docentes e técnicos-administrativos) existentes?
- O número de docentes e técnico-administrativos é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição?
- Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo?
- A experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional?
- Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos docentes com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função?
- Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos técnicos-administrativos com as condições de trabalho, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função?
- Há instâncias que fomentam a qualificação dos docentes e técnicos-administrativos? Existem incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções?
- Existem políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos técnicos-administrativos?
- Existe integração entre os membros da instituição e um clima institucional de respeito?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

A. DOCENTES

Dados:

- N.º de docentes em tempo integral, parcial e horistas (“substitutos” na IFES).
- N.º de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivo regimes de trabalho.
- Experiência profissional no magistério superior.
- Experiência profissional fora do magistério superior.
- Formação didático-pedagógica.

- N.º de publicações por docente.
- Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

Indicadores:

- Conceitos da CAPES no Pós-graduação *stricto sensu*.
- IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente.
- Produção acadêmica/docentes.
- Aluno tempo integral/professor.
- Grau de envolvimento como pós-graduação.
- Grau de envolvimento com pesquisa.
- Grau de envolvimento com extensão.

B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Dados:

- N.º de funcionários técnico-administrativos.
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e Extensão.
- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

Indicadores:

- Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo

6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios:

(1) Núcleo básico e comum:

- Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.
- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

- Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

(2) Núcleo de temas secundários:

- Existem, na Instituição, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são?
- A gestão está orientada para resultados ou processos? Justifique.
- Existem na Instituição procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são eles? Como funcionam?
- Existem na Instituição instâncias de apoio, participação e consulta para tomar decisões? Como funcionam? O grau de centralização ou descentralização existente na instituição é adequado para a gestão da instituição?
- Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da instituição?
- Existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)?
- Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição?
- Existe um organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da IES? Ele é desenvolvido de acordo com o proposto? Outras funções e relações são estabelecidas fora do organograma institucional?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Atas dos órgãos colegiados.
- Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição.
- Funcionamento do sistema de registro acadêmico.
- Funcionamento do sistema e recursos de informação.
- Mecanismos de controle de normas acadêmicas.
- Organogramas.

7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação:

(1) Núcleo básico e comum:

- Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.
- Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

(2) Núcleo de temas secundários:

- A quantidade de laboratórios é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes?
- O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?
- Qual o nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais?
- Qual o estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes?
- Os equipamentos dos laboratórios são adequados em quantidade e qualidade? Justifique.
- Quais são as características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?
- A quantidade de postos na biblioteca e salas de leitura é adequada às necessidades dos usuários? Justifique.
- Os horários e calendário da biblioteca respondem às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurnos e noturnos)? Justifique.
- Os equipamentos da biblioteca têm a quantidade e qualidade necessárias? Justifique.
- A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados (Justifique)? São informatizados?
- Qual é a disponibilidade dos materiais em relação à demanda?
- Qual é a disponibilidade da bibliografia obrigatória ou recomendada em relação à demanda?
- Qual o grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta? Justifique.
- Qual é a satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia? Justifique.
- Qual é a satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES? Justifique.
- Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários?
- São suficientes a infra-estrutura, as instalações e os recursos educativos? Justifique.
- A instituição possui, em seu quadro de pessoal, técnicos-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infra estrutura? Justifique.
- As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais? Justifique.
- Há locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos? Descreva-os.
- Há coerência entre as bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática e as práticas pedagógicas dos docentes? Justifique.

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- N.º de salas de aula.
- N.º de instalações administrativas.
- N.º e condições das salas de docentes.
- N.º e condições das salas de reuniões.

- N.º e condições dos gabinetes de trabalho.
- N.º e condições das salas de conferência/auditórios.
- N.º e condições das instalações sanitárias.
- Existência de áreas de convivência.
- Acessos para portadores de necessidades especiais.
- N.º de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo).
- N.º de Bibliotecas (central e setoriais).
- Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais.
- N.º de livros, periódicos e títulos em geral.
- N.º e condições de laboratórios de informática.
- N.º de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes.
- N.º e condições de laboratórios específicos.
- Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental.
- Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional:

(1) Núcleo básico e comum:

- Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Existe um planejamento das atividades da instituição? Como funciona?
- O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? Existe relação entre a auto-avaliação e o planejamento? Justifique.
- Quais são os mecanismos para a realização dessas ações?
- Existia avaliação institucional antes da implantação do SINAES? Desde quando? Com quais resultados? Como estava organizada?
- Existe consenso sobre os objetivos do processo de auto-avaliação?
- Houve acordos sobre a metodologia utilizada e os objetivos a atender? Como ocorreu?
- Houve, no decorrer do processo de auto-avaliação, as condições necessárias para uma avaliação efetiva? Justifique.
- Houve participação suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da auto-avaliação da maior parte da comunidade? Justifique.
- Foi possível colher e sistematizar as informações importantes disponíveis na instituição quando foi realizada a auto-avaliação? Justifique.
- Foi necessário gerar informação adicional? Porquê?
- O processo de auto-avaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a instituição?
- O relatório de auto-avaliação conseguiu comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna?
- Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?

- Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de auto-avaliação?
- Houve modificações incluídas no planejamento de futuras atividades?
- Que questões foram mantidas e quais mudaram para a continuidade do processo de auto-avaliação no âmbito do SINAES?
- Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Projeto Pedagógico Institucional
- Projeto Pedagógico dos cursos
- Relatórios parciais de auto-avaliação.
- Relatório final de auto-avaliação.
- Ações decorrentes das conclusões da auto-avaliação.
- N.º de eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação.

9 – Políticas de atendimento aos estudantes:

(1) Núcleo básico e comum:

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.
- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
- acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Os critérios de admissão são conhecidos, discutidos e divulgados? Como são construídos?
- Existem mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?
- Estão regulamentados os direitos e deveres dos estudantes? Como?
- O processo de ensino contempla as condições acadêmicas de ordem de matrícula dos estudantes matriculados? Justifique.
- Existem mecanismos que permitam comprovar se foram alcançados os objetivos dos planos de estudos? Como funcionam?
- Existem mecanismos para incorporar novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem? Como funcionam?
- Desenvolve-se indicadores para medir os resultados obtidos pelos estudantes? Quais?
- Como tem evoluído nos últimos cinco anos? São empregados os resultados na revisão e organização dos processos de ensino-aprendizagem?

- Quais as condições institucionais desenvolvidas no que diz respeito às questões burocráticas (inscrições, transferências, horários e outros)?
- Quais os aspectos positivos e negativos detectados no que diz respeito às políticas de atendimento ao estudante?
- Quais as dificuldades? Existe um plano para superar as dificuldades detectadas?
- Há instâncias que forneçam bolsas de ensino, pesquisa e extensão? Quais? Quantidade de bolsas e tipos.
- Há instâncias que favoreçam a participação dos estudantes em eventos? Existem programas de mobilidade e intercâmbio? Estão baseados em normas e critérios para sua concessão? Quais são elas?
- Há políticas claras de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes? Quais?
- Há políticas de incentivo para a criação de empresas-júnior, incubadoras? Descreva.
- Há políticas de incentivo a estágios, intercâmbios com instituições e estudantes do exterior? Descreva.
- Há programas e práticas de iniciação à ciência e de formação inicial de futuros pesquisadores? Descreva.

EGRESSOS:

(1) Núcleo básico e comum:

- Inserção profissional dos egressos.
- Participação dos egressos na vida da Instituição.

(2) Núcleo de temas secundários:

- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?
- Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?
- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais?
- É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como é feita?
- Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?
- Há participação dos egressos na vida da instituição? Como?
- Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais têm trazido?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos.
- Dados sobre a ocupação dos egressos.
- Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.
- N.º de Candidatos.
- N.º de Ingressantes.
- N.º de Estudantes matriculados por curso .
- N.º de Estudantes com bolsas.
- N.º médio de estudantes por turma.

- N.º de bolsas e estímulos concedidos.
- N.º de intercâmbios realizados.
- N.º de eventos realizados.
- N.º. de participações em eventos.
- N.º de trabalhos de estudantes publicados.

Indicadores:

TSG - Taxa de Sucesso na Graduação.

GPE - Grau de Participação Estudantil.

Tempo médio de conclusão do curso.

Aluno tempo integral/professor.

Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo.

10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior:

(1) Núcleo básico e comum:

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

(2) Núcleo de temas secundários:

- No PDI, há relação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto?
- Há compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis?
- As obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas?
- Os salários dos docentes e dos técnicos-administrativos estão sendo pagos regularmente?
- Estão ocorrendo atrasos? Há quanto tempo os salários estão sendo pagos com atraso? As multas dos atrasos apresentados estão sendo corrigidas e pagas?
- Foi necessário acordo com sindicato para que ocorressem estes pagamentos?
- Os equipamentos necessários para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional são atualizados em número e em qualidade?
- Há uma política de espaço físico para atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas da IES?
- Compõe o orçamento a destinação de verbas para capacitação de docentes e técnicos-administrativos?
- Existe controle entre as despesas efetivas e àquelas referentes à despesa correntes, de capital e de investimento?

(3) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Aluno tempo integral/técnico-administrativo.
- Planilha de contratação de pessoal docente.
- Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo.
- Planilha financeira que compõe o PDI.

- Tabela de cursos oferecidos (graduação, pós-graduação, seqüenciais e a distância) pela IES.
- Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses).
- Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos.
- Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes.
- Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras).

Indicadores:

- Relação orçamento/gastos (semestral e anual).
- Relação ingressantes/concluintes.
- Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado).
- Relação dos técnicos-administrativos em capacitação/ capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado).

Outros:

Há possibilidade de incluir outros itens não mencionados e que sejam importantes para a Instituição, tendo em vista as suas finalidades essenciais, suas especificidades e a sua missão (por exemplo: hospitais universitários, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, museus, fazenda experimental, zoológico etc.).

Ao final, será redigido um capítulo-síntese integrando as dimensões analisadas e apontando subsídios para a superação das dificuldades encontradas e disseminação dos aspectos positivos.